



Ross

## ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

### ATA NÚMERO TRÊS-I-DOIS MIL E DEZOITO

Aos 24 dias do mês de maio de 2018, pelas 21h15m, teve início a II Sessão Extraordinária da Assembleia da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas (AFUFACPPC), nas instalações da Sede da União, sitas na Rua D. Leonor de Mascarenhas, nº 44 A, em Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### 1. - Período da Ordem do Dia:

1.1 - Apreciação e votação da 1ª Revisão Orçamental de 2018.

A composição da Mesa da Assembleia foi a seguinte:

Presidente – Marta Martos

1ª Secretária – Elsa Dias

2ª Secretária – Rosa Martins

A Presidente da Mesa, procedeu à chamada, estando presentes, para além dos membros da Mesa, os seguintes eleitos da bancada da CDU: Jorge Ismael Fragoso Cabral, António Marques de Oliveira, Sérgio de Sousa Contreiras e Elsa Maria Alves Dias; da bancada do PS: Maria D'Assis Beiramar Lopes de Almeida, André Macedo Soares Ferreira, Raquel Palhotas Pacheco, Marco Artur Casanova do Carmo, Inês Moreira Simões e Paulo Ricardo Correia Póvoa Figueiredo; da bancada do PSD: Neuza Maria Mendes dos Santos Marques Alves Salgueiro, Neuza Carina Zambujo Boieiro e Mário Fernando da Rocha Ávila; da bancada do BE: Ana Lúcia Duarte Massas e Cristina Maria Zina Herculano.

Tendo-se registado a ausência dos eleitos: João Filipe Dias Alves e Elsa Maria Alves Dias, da bancada da CDU; Anabela Barbosa Martins de Pinto, da bancada do PS; e José Luís Damas de Carvalho, da bancada do BE, procedeu-se à sua substituição pelos eleitos, Luís Alberto Durão da Silva e Lília Maria Emídio Rato, da CDU, Ana Sofia Santos Gouveia, da bancada do PS, tendo estas duas ultimas eleitas tomado posse, e Anabela Augusta Dias de Almeida Mangas, da bancada do BE.

A Presidente da Mesa indicou a OT e os tempos de intervenção dos partidos políticos.

Um elemento do público interpelou a Mesa, perguntando se poderia intervir. A Presidente da Mesa referiu que embora lhe custasse muito dizer que não, não há efetivamente essa possibilidade nas assembleias

R.  
Rosa

extraordinárias, conforme consta do Regimento da Assembleia.-----

1. - Período da Ordem do Dia:-----

1.1. – Apreciação e votação da 1ª Revisão Orçamental de 2018.-----

A Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Junta que informou que doravante, antes das Assembleias, sobretudo as mais importantes (abril e dezembro), os eleitos vão ser convocados para uma reunião com o TOC, no sentido de esclarecer todas as dúvidas que surjam nos documentos a apresentar, tendo em conta que os documentos são muito técnicos. Deu nota de que recebeu todos os contributos para a revisão do regulamento para a concessão de apoios e que o Executivo dará conhecimento das alterações que forem consideradas, após o que seguirá os respetivos transmisses legais. Salientou que, embora as declarações de voto não careçam de esclarecimento, o Executivo entendeu esclarecer, por escrito, as questões colocadas na Declaração de Voto do PSD.-----

O Presidente da Junta deu a palavra ao Vogal Carlos Leal, que acrescentou que em assembleias futuras, sejam elas importantes ou não, o Executivo assume que será anexada aos documentos institucionais uma nota das despesas correntes do orçamento que está em execução. Disse, ainda, que nas sessões onde se aprova o Plano e Orçamento e a Prestação de Contas, Inventário e Sistema de Controlo Interno, como disse o Presidente, é intenção do Executivo convocar cada grupo político para apresentar os documentos e tirar eventuais dúvidas, esclarecendo a que corresponde cada despesa e cada código orgânico/económico. Informou que o Executivo já tem na sua posse documentos/propostas de trabalho que tenham como objetivo atualizar e qualificar o regulamento da concessão de apoios e o compromisso é que até ao fim do ano apresentará à assembleia aquilo que é a visão do Executivo, tendo em conta essas propostas. -----

A eleita Neuza Salgueiro (PSD) disse que recebeu a convocatória, mas sem o documento em apreciação em anexo, pelo que a bancada não sabe que tipo de revisão orçamental se vai discutir. Relembrou que o PSD apresentou, na última sessão, um Requerimento a solicitar o adiamento deste ponto porque não havia sido ainda incorporado o saldo da gerência, visto este não ter sido votado na Assembleia, pelo que perguntou como é que se vai fazer uma assembleia sem estes dois pontos resolvidos.-----

A Presidente da Mesa justificou que a documentação em discussão era a mesma que tinha sido entregue na assembleia anterior.-----

O eleito Mário Ávila (PSD) fez um ponto de ordem à mesa dizendo que se a Mesa é rigorosa com o regimento e não aceita que o público intervenha, a bancada do PSD também vai ser rigorosa. Disse que todos os eleitos, eleitores e cidadãos merecem o mesmo respeito. Disse não entender porque é que a documentação não foi



Am.  
Ross

## ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

enviada, pois segundo o regimento a documentação tem de ser enviada até 5 dias antes da assembleia, juntamente com a convocatória.-----

A eleita Ana Massas (BE) disse que para além dessa questão questionava porque é que do Edital consta apenas um único ponto na ordem do dia, quando na última sessão se considerou realizar uma assembleia extraordinária para se tratar da situação da Prestação de Contas 2017 e que sem esse documento não se pode fazer uma revisão orçamental. -----

A Presidente da Mesa voltou a referir que a proposta de revisão orçamental é a que já tinha sido apresentada na passada assembleia e que os eleitos têm em seu poder, mas que se poderá facultar cópias da proposta às bancadas. Sobre a reprovação da Prestação de Contas na passada assembleia, referiu que a Mesa solicitou pareceres da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), que também foram distribuídos aos eleitos, e que o aconselhamento que se obteve foi que, não obstante a assembleia ter recusado aquele documento, ele deverá ser enviado ao Tribunal de Contas e que, tal como foi a apreciação da Mesa na última assembleia, a revisão orçamental é outro processo. Lembrou que a presente assembleia se realiza, a pedido do executivo, para discutir e votar a 1ª Revisão Orçamental de 2018. Reforçou que o Executivo já fez a apresentação da proposta nº 70/2018, aprovada na reunião do executivo de 10/04/2018, e da qual consta a inclusão do saldo da gerência 2017 no valor de 487.500,00€, que esta proposta já tinha sido entregue previamente aos eleitos, mas que se pode interromper os trabalhos para fotocopiar e distribuir a proposta pelas bancadas. Relembrou a importância do documento em discussão e votação e que é nesse sentido que os trabalhos devem prosseguir.-----

A eleita Ana Massas (BE) insistiu que a Mesa não tomou em conta a resolução da assembleia anterior uma vez que foi aprovado um documento sobre a realização de uma assembleia extraordinária para apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas 2017, pelo que a bancada do BE não vê condições para se votar agora a revisão orçamental sem que a outra situação seja tratada.-----

A Presidente da Mesa esclareceu que o requerimento que os eleitos interpuseram na última assembleia visava parar a discussão e não marcar uma assembleia extraordinária.-----

A eleita Maria D'Assis (PS) disse, ainda sobre o envio da proposta, que a questão não é facultar o documento, mas sim que, de acordo com o Regimento, o documento tinha de ter sido enviado no mesmo prazo do edital/convocatória. Acrescentou que a Mesa mostrou abertura no sentido de partilhar e clarificar, mas que, de facto, de acordo com o regimento, os documentos têm de se enviar conjuntamente com o edital, independentemente de se tratar da mesma documentação.-----



A **Presidente da Mesa** referiu que o que consta da minuta da ata da última sessão aprovada por todos é que as bancadas do PS, PSD e BE entregaram um requerimento no sentido de adiar este ponto da ordem de trabalhos até à realização da sessão extraordinária, para ser posto à votação. A presidente da mesa reforçou que o requerimento que deu entrada não pedia o agendamento de uma assembleia extraordinária para ser posto à votação. Informou que a Mesa não tinha consigo o referido requerimento, mas que tinha essa minuta da ata, que foi aprovada por todos. -----

O eleito **Mário Ávila (PSD)** insinuou que o facto da minuta da ata da assembleia anterior não ter sido lida até ao fim impossibilitou a confirmação do teor do requerimento apresentado pelas bancadas da oposição.-----

O eleito **António Oliveira (CDU)**, disse que a presente situação da assembleia é um equívoco. Disse que na última sessão da assembleia foi votado o ponto da ordem de trabalhos "Relatório de Gestão e Contas 2017", apresentado pela Junta de Freguesia, tendo sido reprovado com os votos do PS, do PSD e abstenção do BE. Reforçou que é ponto assente que o Relatório e Contas foi votado e foi reprovado, facto que consta da ata da sessão. Relembrou que o que está em discussão na presente assembleia é a revisão orçamental e que o requerimento apresentado pelo PS, PSD e BE na assembleia anterior, e que foi votado, não põe isso em causa.

O eleito **Mário Ávila (PSD)** perguntou ao eleito António Oliveira se, uma vez que já foi presidente da assembleia de freguesia, enquanto presidente convocaria uma assembleia extraordinária sem enviar a documentação. -----

O eleito **António Oliveira (CDU)** disse que pode reconhecer formalmente essa falha, mas que o eleito do PSD esteve presente na assembleia anterior. Reforçou que a presente assembleia extraordinária visa discutir um único ponto, tendo sido agendada na sequência do requerimento apresentado pela oposição.-----

A **Presidente da Mesa** esclareceu que esta assembleia extraordinária se realizou a pedido do Executivo da Junta e lembrou que os documentos distribuídos aos eleitos na última assembleia são os mesmos para a presente sessão, onde se irá discutir e votar a revisão orçamental que visa integrar 487.500€ no saldo de gerência. Salientou o facto de todos os membros do Executivo estarem presentes e disponíveis para responder a questões.-----

O eleito **André Macedo (PS)** sobre o facto de o documento em discussão não ter sido enviado com a convocatória, disse ter partido do princípio de que se mantinha a proposta do executivo que foi entregue na assembleia anterior. Acrescentou que, no entanto, se deveria ter referido na convocatória que se tratava da proposta nº 70/2018, porque assim todos ficariam esclarecidos. Manifestou o protesto da sua bancada pelo facto de se ter de analisar, em 10 minutos, os dois pareceres entregues às bancadas, visto tratar-se de documentação "pesada". Congratulou a postura do Executivo em comprometer-se com a realização de



1.  
Ross

## ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

reuniões com os partidos, quer nas Grandes Opções do Plano quer na Prestação de Contas, o que considerou estar no âmbito do direito de oposição. Disse que no entender da bancada do PS, não basta chamar a oposição para reuniões, mas que se deve discutir propostas passíveis de ser integradas no planeamento das atividades da Junta, pelo que a bancada recebe com agrado esta intenção. Disse que, não obstante acharem bem a possibilidade de poderem reunir com o TOC, a bancada deve também, por si, escrutinar os documentos, técnica e politicamente ou mesmo pedir a técnicos que o façam. Relativamente aos documentos em discussão e votação na sessão de abril da assembleia, disse que o PS detetou falhas graves no relatório de gestão uma vez que havia uma ocultação de informação sobre muitos pontos ao nível das contas. Ressalvou que este tipo de documentos pode levantar dúvidas uma vez que a documentação financeira é muito técnica, pelo que a análise por parte dos eleitos pode não ser fácil. Disse que o PS propôs que a documentação fosse fortalecida com dados mais resumidos sobre a informação financeira. Disse que a bancada do PS colocou questões sobre a execução de certas competências delegadas pela Câmara Municipal de Almada que não estavam bem explicadas no documento, e que no total correspondem a um valor de 600.000€, que não foram totalmente executadas. Referiu que não se percebe, olhando para o relatório, porque é que a execução das despesas foi de 80% apesar da receita ter tido uma execução bastante elevada. Questionou porque é que uma Junta tem uma boa performance em termos de receita e deixou tantas competências por executar. Disse que colocou cinco questões ao executivo e que agradece a resposta que foi dada por escrito. Considerou, no entanto, que não ficou muito bem esclarecido porque o Executivo se limitou a apresentar o que estava nos quadros e que pretendia uma resposta mais política, que explicasse porque é que se tinha seguido um determinado caminho, visto que a parte política do documento também é avaliada. Referiu que a bancada do PS gostaria de saber porque é que o investimento ficou com uma execução de 61% quando as despesas correntes têm execuções de 97% ou 95% e quando as quatro freguesias têm carências ao nível do investimento no espaço público. Relativamente ao voto contra do PS às Contas disse que a bancada entregou uma declaração de voto, a qual pensa que vai ser tornada pública no site da Junta, mas ressalvou alguns pontos. Referiu que o Relatório tem uma falha do ponto de vista técnico, visto que as despesas correntes excediam as receitas correntes. Disse que o documento não respeita o princípio de equilíbrio orçamental, quer na orçamentação quer na execução do orçamento; ou seja, a receita tem de ser superior à despesa e, de facto, na componente corrente a despesa excedeu a receita. Referiu que a posição do PS pode servir de recomendação para que o próximo relatório de gestão e prestação de contas seja o mais completo possível, até para que as questões colocadas pelos eleitos possam ir muito mais além do que na presente discussão, o que seria importante para aumentar a qualidade do debate. Sobre os

Sh  
Pasc

pareceres (da ANAFRE e da CCDR LVT) que foram facultados, disse que realmente consideram que o relatório de contas tem de ser votado pela assembleia, não sendo necessária sua aprovação para que o saldo de gerência possa ser utilizado, mas que existem outros pareceres que dão orientação contrária. Considerou, portanto, que não existe uma unanimidade que permita dizer que esta é posição que vinga. Se os pareceres da ANAFRE e da CCDR LVT forem os corretos, gostaria que ficasse bem claro que o documento Prestação de Contas vem à assembleia de freguesia apenas para uma mera apreciação e que a sua votação é meramente indicativa, não podendo reprovar-se as contas a não ser que exista erro crasso nessas contas. A bancada do PS identificou falhas técnicas, mas também políticas porque o PS discorda do caminho que foi seguido. Relativamente à revisão orçamental disse que era entendimento da bancada do PS que esta só podia ser votada quando as contas fossem aprovadas, visto que a revisão inclui o saldo de gerência. Disse que o requerimento apresentado pelas bancadas da oposição na anterior assembleia tinha como objetivo votar novamente a prestação de contas, o que pode não ter ficado bem exposto possivelmente porque o requerimento foi escrito à pressa. Referiu que, de acordo com o POCAL, que é o regime contabilístico que rege as contas desta União de Freguesias, a conta de gerência é apurada no cálculo dos fluxos de caixa e estes são o elemento contabilístico que é calculado na prestação de contas. Considerou, então, que como a prestação de contas foi rejeitada, o fluxo de caixa não está apurado e por isso o saldo de gerência não está apurado. Disse ser este o entendimento de outro parecer a que teve acesso. Disse que a bancada do PS até estaria disposta a votar a revisão orçamental, porque não quer ser um obstáculo ao trabalho do executivo, sendo o sentido de voto a abstenção pelo facto da revisão orçamental ficar muito aquém do que devia e não responder às urgências de investimento que as freguesias precisam. Considerou, no entanto, que o PS deve ser coerente com a sua posição e votar contra porque a fonte de receita é o saldo de gerência, que não consideram não estar apurado. Disse que a bancada tomou conhecimento de que o executivo comunicou a diversas entidades desta União das Freguesias que não as iria apoiar porque os partidos políticos eleitos na assembleia votaram contra a Prestação de Contas da União e que não se votou a primeira revisão orçamental. Disse que o PS acha que se tratou de um ato grave, que não é típico em democracia, principalmente no concelho de Almada, porque o que está em causa é a fiscalização do Executivo por parte da assembleia. Disse que a bancada do PS não aceita, até porque pela inação do executivo, pela opção política do executivo e pela falta de justificação técnica, os eleitos não foram esclarecidos relativamente às suas dúvidas. Repetiu que a bancada considera bastante grave que o Executivo tenha feito esse comunicado às instituições e disse "Aqui não é a Venezuela, em que o Presidente não respeita a assembleia". Depois pediu desculpa. Disse que a bancada do PS não é um obstáculo aos apoios às entidades desta Freguesia e que a Junta deve fazer um



*Rosa*

## ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

planeamento adequado das prioridades para as populações e criar o máximo consenso nesta assembleia, o que não procurou fazer, vindo agora vitimizar-se na discussão do documento dizendo que está disposta a receber toda a gente, o que considera um ato de desespero.-----

A eleita **Neuza Salgueiro (PSD)** disse que, não querendo repisar no mesmo, lamentava a Mesa não ter consigo o requerimento que foi assinado pelas três bancadas na assembleia anterior, mas lembrou que enviou à Presidente da Mesa um parecer jurídico que dizia que o saldo de gerência de um ano não pode ser inscrito no orçamento do ano seguinte sem que os documentos de prestação de contas sejam aprovados pela assembleia de freguesia. Considerou, portanto, que o requerimento à Mesa visava adiar o ponto 3.3, da revisão orçamental, até à votação e discussão da Prestação de Contas 2017. -----

A **Presidente da Mesa** lembrou que a assembleia foi convocada para a aprovação da revisão orçamental.-  
**Neuza Salgueiro, do PSD**, leu e entregou à Mesa um Voto de Protesto sobre as questões regimentais em apreço (anexo 1).-----

A **Presidente da Mesa** disse que o documento era um requerimento e que teria de ser imediatamente colocado à votação.-----

A eleita **Ana Massas (BE)** solicitou dez minutos para conferenciar com os eleitos da bancada.-----

A **Presidente da Mesa** anuiu ao pedido.-----

A **Presidente da Mesa** iniciou os trabalhos, colocando à votação o Requerimento apresentado à Mesa, que foi aprovado com sete votos do PS e três votos PSD, com oito votos contra da CDU e três abstenções do BE.-

A **Presidente da Mesa** disse que a Mesa não é um obstáculo e que, pelo contrário, deve ser um elemento facilitador e de mediação, cabendo-lhe gerir as assembleias. Disse que não foi entendimento da Mesa que o Requerimento que deu entrada na assembleia anterior visava a marcação de uma assembleia extraordinária para efeitos de discussão e votação da Prestação de Contas. Acrescentou que todos os eleitos podem fazer requerimentos para marcar assembleias para se discutirem e serem tomadas decisões sobre vários temas que consideram necessário. Disse que o entendimento da mesa foi que o requerimento visava suspender a votação da revisão orçamental, não obstante se ter usado todo o tempo para se fazer a discussão e serem expostas todas as posições. Disse ser entendimento da Mesa que o Relatório e Prestação de Contas não tem de voltar à assembleia, de acordo com o parecer solicitado à Associação Nacional das Freguesias (ANAFRE), que passou a ler: *“Se não existir, do ponto de vista técnico, erros nos mapas da Prestação de Contas e como tal o saldo apurado verificar ser o correto, não é por um membro da assembleia de freguesia ter votado desfavoravelmente a Conta de Gerência que por coerência deverá votar contra a Revisão de inclusão do Saldo da Gerência anterior ...Efetivamente, quanto à utilização do Saldo da Gerência anterior, nos termos do POCAL*

Ch.

Ross

(ponto 8.3.1), tal só pode acontecer após aprovação da Revisão Orçamental pela Assembleia de Freguesia. Até que tal aconteça, não poderá o saldo da gerência anterior ser utilizado.” Relembrou que a impossibilidade de se utilizar este saldo de gerência tem implicações que já foram expostas à assembleia. Reforçou que está na mão de todos os eleitos fazerem todos os pedidos de esclarecimento que entenderem e que, na sequência de todas as tomadas de posição que fizerem, cabe à Mesa gerir o que daí se concluir e que a presente assembleia extraordinária foi marcada para se discutir e para se votar a Primeira Revisão Orçamental do exercício de 2018. Relembrou que passou mais de uma hora desde o início da assembleia e apelou aos eleitos que estão inscritos para usarem da palavra focando-se no assunto em discussão na assembleia. Voltou a referir que os eleitos podem usar de todas as figuras regimentais que estão ao seu alcance para colocar em discussão tudo aquilo que sentirem necessidade. Repetiu que a presente assembleia visa discutir e votar a Primeira Revisão Orçamental de 2018, que é nisso que os eleitos se devem focar e que a Mesa interromperá quando se passar para além deste assunto. Disse não valer a pena voltar a discutir as diferentes posições sobre a questão da Prestação de Contas 2017, visto que esse documento não tem de voltar à assembleia, de acordo com os pareceres que obtiveram. Disse que a Mesa compreende as divergências políticas e os vários pontos de vista e que todos têm a sua validade, mas apelou para que os trabalhos se focassem na Primeira Revisão Orçamental.-----

O eleito Jorge Cabral (CDU) disse que em resposta ao repto da Presidente da Mesa iria direcionar a intervenção no ponto da ordem de trabalhos da presente assembleia. Lembrou que se votou na primeira assembleia as Opções do Plano e Orçamento para 2018 e que foi considerado pela oposição que algumas rubricas eram insuficientes para realizar eficientemente certos projetos, tendo sido respondido na altura pelo executivo que, tendo em conta que iria haver uma revisão orçamental, todas essas rubricas iriam ser contempladas. Manifestou preocupação com a situação a que se chegou na assembleia. Lembrou que a assembleia é um órgão que foi eleito pela população, que todos os eleitos são representantes dos fregueses, que o Executivo foi eleito democraticamente e que os eleitos na assembleia têm nas suas mãos um instrumento para poder executar um programa que já foi sufragado e votado pela assembleia. Disse que se chegou a um impasse e que pode estar em causa a realização de atividades da Junta caso a revisão orçamental não seja aprovada. Disse que a bancada da CDU entende que Executivo tenha feito chegar à população e associações a nota sobre a reprovação das contas e da não votação da revisão orçamental, uma vez que os fregueses devem saber o que está em causa. Acrescentou que, não querendo entrar em “*fait divers*”, e até porque estão muitos fregueses a assistir à assembleia, o entristece que os trabalhos não se foquem no que é essencial, que é dar ao Executivo as condições para poder executar o programa que já foi



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

aprovado. Disse que acredita que, com o compromisso do Executivo em reunir com as bancadas para fornecer explicações sobre os documentos e ouvir as questões colocadas pelos eleitos, se chegará a entendimentos que evitarão, de futuro, situações como a atual. Ressalvou que as assembleias de freguesia têm como objetivo resolver os problemas dos cidadãos, não devendo ser local de jogadas políticas. Lembrou que há cidadãos a assistir às assembleias e que as atas podem ser lidas por quem quiser. Fez um parêntesis sobre a transmissão *on-line* das assembleias, referindo que estas poderão estar em causa se a revisão orçamental não for aprovada. Continuou dizendo que o que descredibiliza muito a política hoje em dia são os jogos de bastidores e que não quer acreditar que haja na assembleia uma tentativa de impedir que o Executivo possa trabalhar, pelo facto de não ter maioria. Disse que todos os eleitos têm de ser responsáveis e de responder perante os fregueses e que a população quer ver obra feita e que os órgãos funcionem. Disse que se o executivo ficar impedido de ter um orçamento para poder fazer o que quer que seja, haverá repercussões e que, eventualmente, até poderá ser acusado pela oposição de que não está a desenvolver as atividades que devia. Disse não querer acreditar que assim seja e que considera que os eleitos têm a consciência das suas funções e da importância da votação da revisão orçamental para as atividades em prol da população. Disse que se a revisão orçamental não for votada ter-se-á de tirar as devidas consequências políticas e que a população deverá ser informada. Acrescentou que a bancada da CDU tomará todas as medidas para esclarecer a população da situação e dos seus responsáveis, caso isso aconteça, e solicitou ao Executivo que também o faça. Disse que espera que não se tenha instalado uma troika na freguesia, como já houve no País e que nos tirou direitos e impediu que o país avançasse e concretizasse os seus sonhos, e que só agora, com uma mudança política em que houve uma aproximação à esquerda, com a intervenção do PCP, do BE e do PEV, é que houve uma melhoria nas condições de vida da população. Reforçou que não quer acreditar que esteja instalado um bloqueio à atividade do Executivo da Junta e que os eleitos devem pensar bem quando foram votar, até porque o orçamento foi votado, tendo ficado atividades pendentes já a contar com esta revisão orçamental. Termina reforçando a opinião de que seria importante proceder à votação da revisão nesta assembleia.-----

A eleita Ana Massas (BE) leu e apresentou um requerimento à Mesa (anexo 2), solicitando uma outra sessão para apreciação e votação do relatório justificativo de contas 2017 e da 1ª revisão orçamental de 2018. Solicitou o esforço de todos na resolução deste problema.-----

A Presidente da Mesa fez uma interrupção dos trabalhos para fornecer o Requerimento às bancadas. Após retomar os trabalhos, informou que a Mesa realizou uma breve reunião com o BE no sentido de afinar detalhes do Requerimento, nomeadamente, sobre a data de marcação da assembleia extraordinária

Am.

Ross

proposta. Informou que vai ver, à luz do Regimento, o que é possível fazer para agendar, o mais cedo possível, nova assembleia, considerando que o BE solicita ao executivo a produção de informação, o que requererá algum tempo para organizar a respetiva documentação. Disse que colocou ao BE a questão da Prestação de Contas já ter sido entregue no Tribunal de Contas, pelo que não faz sentido incluir novamente a sua votação na ordem de trabalhos, visto que uma votação adicional desse documento não teria qualquer eficácia. Sobre esta questão o BE esclareceu que o que pretende é a apreciação de um relatório que justifique as contas, e não as contas propriamente ditas.-----

A **Presidente da Mesa** leu o requerimento do BE, no âmbito do qual é solicitada uma outra sessão para a apreciação e votação do relatório justificativo de contas 2017 e da 1ª revisão orçamental de 2018, e colocou-o à votação. O requerimento foi aprovado por Unanimidade. As bancadas do PSD, da CDU e do PS apresentaram Declaração de voto.-----

A **eleita Neuza Salgueiro (PSD)** fez a Declaração de Voto, segundo a qual a bancada do PSD concorda com o requerimento apresentado. Considerou que, do ponto de vista formal, a marcação da sessão extraordinária e a respetiva ordem de trabalhos constantes no requerimento do BE deveria ter sido iniciativa do executivo e lamentou que tenha sido o BE, com os votos a favor dos restantes eleitos, a tê-lo feito.-----

O **eleito Jorge Cabral (CDU)** fez a Declaração de Voto, segundo a qual a bancada considera que estavam reunidas todas as condições para ser votada a revisão orçamental, mas que concorda que seja apresentado o relatório justificativo que, aliás, o Executivo se propôs fazer em futuras assembleias.-----

O **eleito André Macedo (PS)** fez a Declaração de Voto, segundo a qual a bancada do PS vota favoravelmente porque o que está em causa no requerimento é a elaboração de um relatório que explique as Contas, que no entender da bancada seria o relatório de gestão que foi apresentado. Considerou que, no entanto, e em coerência com a posição da bancada, o relatório de gestão era insuficiente na explicação das contas e que, portanto, votam a favor deste requerimento na expectativa de que o Executivo possa apresentar um relatório completo e que espelhe os números que estão nas Contas.-----

O **eleito Mário Ávila (PSD)** interpelou a Mesa, solicitando que a assembleia não se realizasse na semana seguinte e colocando duas questões. A primeira, relacionada com a necessidade de clarificar o saldo de gerência. Relembrou que o PSD levantou a questão do financiamento no âmbito do Programa Operacional de Apoio aos Mais Carenciados, que precisa de ser clarificada. Acrescentou que existe uma deliberação do executivo relativamente a esse apoio, mas que o que o torna legal ou ilegal é a sua execução, pelo que é necessário que o executivo clarifique a execução dessa verba. Disse que se essa verba for considerada legal não há nenhuma alteração ao saldo de gerência, mas que se essa verba foi usada para fins não previstos no

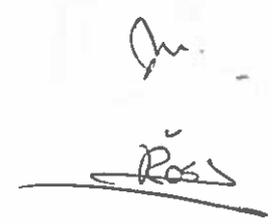


A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page.

## ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

Programa tem de ser devolvida e, conseqüentemente, o saldo de gerência é alterado. Esclareceu que a relutância da bancada do PSD em votar a Revisão Orçamental decorre do facto de ter dúvidas de que possa haver alteração do saldo de gerência. Em segundo lugar, referiu-se à lei do POCAL, nomeadamente à nota explicativa nº 3, que refere: "O relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo deve contemplar os seguintes aspetos entre outros, na alínea b): Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício". Neste âmbito disse que já que o executivo vai rever o seu relatório de gestão que devia cumprir com a lei, nomeadamente, explicar o que vai fazer com mais de meio milhão de euros. Sobre esta questão disse que o Executivo tinha previsto no orçamento para o plano de atividades um ponto quatro milhões de euros e que agora passa a custar um ponto nove milhões de euros, não referindo em sítio nenhum que atividade adicional se vai realizar. Solicitou que os relatórios de gestão também incluam este ponto, que é um dos pontos fundamentais para o cumprimento legal do relatório de contas.-----

O Vogal Carlos Leal, falou em nome do executivo para dizer que, em primeiro lugar, vão fazer um novo ofício dirigido às coletividades, às escolas, aos Centros Paroquiais, às IPSS's a explicar o porquê da não aprovação e votação da revisão orçamental. Disse ao PS para "não se espantar" porque no dia seguinte sairá um novo comunicado. Disse que o Executivo não ameaçou ninguém, apenas explicou que a atividade corrente da Junta está impedida porque o saldo de gerência transitado do ano anterior não pôde ser acomodado no orçamento anual aprovado em dezembro. Acrescentou que politicamente, não é ameaçar ninguém, é dizer a verdade. Em segundo lugar, disse que o Executivo só fará um novo relatório de contas na condição das bancadas lhes fazerem chegar recomendações por escrito, porque na última assembleia, em que foi reprovado o documento, fizeram perguntas orais e ninguém fez nenhuma sugestão escrita para ser acomodada, eventualmente, num novo documento. Sobre isto leu parte do parecer da CCDR-LVT, no ponto 11: "Caso a assembleia de freguesia detete erros em sede dos documentos apresentados para apreciação e votação pela Junta de Freguesia, estes devem ser identificados e comunicados em forma de recomendações e sugestões que podem ser acolhidas pela Junta e refletir-se em nova proposta." Neste âmbito, convidou os grupos políticos a fazerem chegar por escrito o que entendem para a melhoria do documento. Assegurou que, no entanto, o executivo vai incluir notas explicativas das despesas correntes do exercício de 2017. Sobre a intervenção do eleito do PS, André Macedo, sobre o princípio do equilíbrio orçamental, disse que esse princípio admite até cinco por cento de desvio nesse ano. Informou que houve um desvio de 2.8%, entre as receitas e as despesas correntes. Acrescentou que, de acordo com esse princípio, o desvio pode ser corrigido no ano seguinte, o que prevê acontecer. Ressalvou que não há nenhuma ilegalidade. Esclareceu que estão previstos 309.000€ de investimento em capital a ser aplicado nas instalações da Junta de Cacilhas e do Pragal,



no Polivalente do Pragal, em Muros e Muretes, de execução zero em 2017, em calçadas, mobiliário urbano, Parque Infantil de Cacilhas e Parque do Bairro do Matadouro. Disse que o saldo de gerência, que pensa que irão aprovar, vai ser executado, em parte, neste investimento de betão. Acrescentou que para o Executivo o investimento não é só betão e deu nota de uma reunião que teve, no âmbito da Comissão Social de Freguesias, com 16 instituições sociais em que foi aprovado o Plano de Execução para 2018, que implica verbas. Informou que vai ter de dizer às IPSS's, à PSP, entre outros, que não pode dar andamento ao plano e utilizar os saldos respetivos, por força da deliberação da assembleia. Relembrou que quem faz a gestão do orçamento é o Executivo e não as bancadas da assembleia. Repetiu que o investimento, para o Executivo, é betão, é físico, mas que é também o investimento imaterial, que inclui os clubes, as escolas, as coletividades, as IPSS's, os Centros Paroquiais, as famílias, isto é, o investimento nas pessoas. Perguntou aos eleitos se são contra o investimento nas pessoas e nas famílias. Disse que a nota explicativa que vai ser fornecida às bancadas, e a justificação social da despesa, vai ser dividida em obra física e obra imaterial. -----

O Presidente da JF Ricardo Louçã referiu-se à forma pouco respeitosa como a assembleia anterior decorreu, designadamente às afirmações do eleito do PSD Mário Ávila que acusou o Executivo de não ser sério e de mentir. Ressalvou a abertura do Executivo para discutir abertamente com as bancadas as questões em apreço.-----

O eleito Mário Ávila (PSD) interrompeu a palavra do Presidente da Junta para dizer que a mentira está relacionada com o Parque Infantil que estava no Plano de Atividades e Orçamento e cabimentado, pelo que não é necessário para este fim a revisão orçamental. Disse que, portanto, as suas afirmações têm cabimento.-

O Presidente da JF Ricardo Louçã manteve que as afirmações do eleito do PSD não têm cabimento. Referiu-se ao impacto das acusações de falta de seriedade, designadamente no caso das sessões serem filmadas e transmitidas on-line, em que a imagem que passaria, injustamente, era a de que o Executivo não era sério e que "andávamos todos a orientarmo-nos". Disse que se há gente que não é séria não é de certeza o Executivo e que se alguém mente, também não é o Executivo. Ressalvou que o Executivo aceita perfeitamente que as bancadas considerem que há matérias que carecem de esclarecimento, e que devem ser esclarecidas, mas que não admite que se façam acusações falsas. Acrescentou que o eleito do PSD lhe dirigiu um pedido de desculpas, mas que esse pedido não deveria ser dirigido apenas a si e reforçou que se deve ter cuidado com esse tipo de acusações no âmbito das assembleias, porque depois as desculpas de nada valem. Disse que o Executivo não está a ocultar coisa nenhuma, e que, pelo contrário, manifestou às bancadas a intenção de, futuramente, discutir e analisar os documentos com os grupos políticos. Sobre as questões dos apoios às IPSS apoiadas pelos programas europeus, referiu que o Regulamento de apoio às instituições e coletividade tem



## ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

algumas exigências consignadas, como por exemplo o cumprimento com a Segurança Social, mas que não prevê a filtragem de outros eventuais apoios. Informou que o Executivo vai averiguar que mecanismos estão ao alcance da Junta para fazer este tipo de “fiscalização”. Reiterou a máxima abertura do Executivo para prestar todos os esclarecimentos solicitados.-----

A **Presidente da Mesa** lembrou que se votou um requerimento para se acabar esta sessão.-----

O eleito **André Macedo (PS)** disse que se sentiu desconfortável porque viu uma ameaça física por parte de um membro do executivo, que isso não é adequado para as assembleias e que deveria ficar registado.-----

O **Vogal João Marcos**, esclareceu que o eleito do PS, André Macedo, não viu bem e que tal gesto não aconteceu.-----

A **Presidente da Mesa** disse que nos termos regimentais existe a figura da defesa de honra que os eleitos podem usar.-----

O eleito **André Macedo (PS)** disse esperar ter visto mal o que lhe pareceu um gesto de ameaça. Disse subscrever a intervenção da bancada da CDU quando referiu que os eleitos estão na assembleia para trabalhar para as populações. Disse que a sua bancada está a fazer o seu papel, colocando questões ao Executivo, que este acolheu algumas propostas, mas que discorda de muitas das questões colocadas. Manifestou a discordância da bancada do PS com o comunicado da Junta para as coletividades e associações, pois considerou que isso é usar meios da Junta para atacar os outros partidos políticos. Disse que se a Junta quer falar com os partidos políticos, deve convocar reuniões ou responder politicamente na assembleia. Disse que a assembleia deve esclarecer a população de que existem duas visões; a do executivo, que já a deu publicamente, e a da oposição, que gostaria colocar à votação questões que não foram bem explicadas. Por este facto foi aprovado um requerimento, que a própria bancada da CDU votou favoravelmente. Disse que, de facto, o relatório de gestão não está bem explicado, que as contas são bastante complexas e que o orçamento é muito grande, cerca de um ponto oito milhões de euros. Acrescentou que, na própria revisão orçamental, o saldo de gerência é bastante grande e considerou que se trata de um instrumento que deve ser utilizado só em casos excecionais e quando é necessário. Disse que o presente Executivo quer fazer obra de repente, quando no anterior mandato, quando estava em maioria absoluta e na Câmara estava a mesma força política, não houve obra. Saliu a luta para que o Quintal Desportivo de Cacilhas fosse reparado e a luta para que conseguissem que o Executivo batesse o pé junto da Câmara para que se tivesse a ciclovia que liga Cacilhas ao Parque da Paz a funcionar. Disse que embora a CDU não esteja em maioria absoluta, os partidos estão disponíveis para trabalhar por uma freguesia socialmente mais forte. Disse que não faz sentido o Executivo enviar novo comunicado para as associações sobre a presente assembleia. Disse que o PS quer

h.  
Rosa

que as assembleias sejam filmadas porque acham que é uma obrigação, para que o trabalho que fazem pela população seja mais público e que tenha maior visibilidade junto das populações. Considerou que o valor da revisão orçamental é muito grande, cinquenta e seis por cento do saldo de gerência, cerca de quase de 1.000.000€. Disse que percebe que exista um investimento em parques e jardins de cerca de 60.000€, pois de facto os jardins das freguesias estão em muito mau estado e precisam de uma intervenção urgente. Acrescentou que não foi em seis meses, desde que o atual executivo municipal tomou posse, que eles se degradaram. Disse que gostaria de ter um compromisso do Executivo para que nos futuros relatórios de gestão fosse fornecida informação sobre qual a execução da revisão orçamental. Considerou que se está a fazer um drama em torno da discussão da execução das verbas. Disse que está à vista que a execução da despesa, como já tinha referido na última assembleia, foi muito baixa (77%) e que no capital foi 61%, que é também bastante baixo. Disse que o Vogal do Executivo, Carlos Leal, não forneceu uma explicação muito verdadeira quando disse que “faltava dinheiro” quando afinal “esse dinheiro estava lá”.-----

O eleito Mário Ávila (PSD) em defesa da honra, disse lamentar que a assembleia de dezembro não tenha sido gravada, porque teve o cuidado de esclarecer o que quis dizer quando referiu que este executivo não era de boas contas e que teve o cuidado de, no fim da sessão, ir falar pessoalmente com o Sr. Presidente da Junta para reiterar esse esclarecimento. Disse “que fique aqui bem claro sobre a vossa honestidade na gestão dos dinheiros”. Acrescentou que o que referiu na intervenção foi que o Executivo não foi capaz de esclarecer o que foi programado e o que foi feito. Porque ser de boas contas implica também fazer este exercício. Disse que reconheceu que a expressão foi infeliz e que por isso fez questão de o dizer em público e de falar com o Sr. Presidente da Junta em privado. Considerou que há falta de verdade sobre a questão do Parque infantil de Cacilhas, porque o Executivo alega que não avança com a intervenção devido ao impasse da assembleia, mas que essa intervenção já está orçamentada no Plano de Atividades, na página 11. Concluiu que ou não é verdade aquilo que foi comunicado às IPSS's ou não é verdade o orçamento que foi apresentado a esta assembleia, pelo que a um dos dois, o Executivo está a faltar à verdade. Reforçou que é neste sentido que diz que o Executivo não é verdadeiro.-----

O eleito Jorge Cabral (CDU) disse que perante a última intervenção da bancada do PS, não se pode abster de manifestar a sua preocupação visto que ficou bem refletido nas palavras do eleito André Macedo que, pelos vistos, não estamos todos na política da mesma forma. Disse que não vê nem nunca viu qualquer tipo de favorecimento entre a Câmara e as Juntas de Freguesia por serem da mesma força política. Deu como exemplo o investimento que a Câmara Municipal de Almada, ainda com o Executivo CDU, fez na Costa da Caparica. Disse esperar que o atual executivo municipal do PS, por não ser da mesma cor política da CDU,



*Ass*  
*Ross*

## ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

não sacrifique os fregueses das três uniões de freguesia presididas pela CDU e que não descrimine os fregueses que votaram em executivos da CDU. Acrescentou que este tipo de discurso o preocupa, bem como o preocupa a mentira de que “nada foi feito neste concelho”. Salientou o desenvolvimento do concelho, que a população de Lisboa está a vir para Almada e para Cacilhas e os ratings referentes ao nível de qualidade de vida em Almada. Disse que os eleitos que vivem nesta cidade sabem aquilo que foi feito durante 40 anos, que o deviam assumir e ter algum respeito pela população que votou durante esses 40 anos e que assistiu ao desenvolvimento do seu concelho e ao esforço que foi feito pelos eleitos da CDU e das outras forças políticas, nos vários órgãos do poder local. Acrescentou que dizer que nada foi feito é uma afronta e não credibiliza em nada o lugar para o qual o membro do PS foi eleito. -----

O eleito Marco Casanova (PS) sugeriu à Mesa que se envie aos eleitos, com a próxima convocatória/edital, toda a documentação necessária, e atempadamente para que possam analisar os documentos. -----

O eleito Jorge Cabral (CDU) disse que na sequência da sugestão do eleito Marco Casanova lhe sugeria também que se aconselhasse junto dos novos órgãos eleitos da assembleia e da câmara municipal, que têm sido “exemplares” na sua conduta nas reuniões e que “têm respeito por todos os normativos”. -----

O Vogal Carlos Leal disse, em nome do Executivo, que gostaria de reforçar, para efeitos de eficácia na reprodução de um novo documento de prestação de contas, que ficasse registado em ata que o Executivo, de acordo com o parecer da CCCR-LVT, solicita por escrito recomendações e sugestões para o novo documento, que a Junta irá ou não recolher. Acrescentou que o Executivo mantém a realização das reuniões prévias à próxima assembleia extraordinária, bem como a realização de reuniões com cada grupo político em sede de orçamentos, opções do plano e prestações de contas. Sobre as assembleias da informação da atividade, disse que o Executivo entregará a cada grupo uma nota escrita sobre as despesas, transferências correntes e execução desse orçamento. Em relação ao ofício/comunicado, disse que o Executivo não vai fazer queixa de ninguém, apenas vai explicar porque é que está impedido de executar o orçamento sem o saldo votado. Ou seja, vai explicar que há um conjunto de atividades que não podem ser feitas sob pena de se cair na ilegalidade, o que não se pretende de todo uma vez que o Executivo presa muito a legalidade, tal como os restantes eleitos.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção e de esclarecimentos a Presidente da Mesa passou a palavra à secretária para ler a minuta que foi lida e aprovada por unanimidade.-----

A Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão às 23h34m, tendo sido elaborada a presente Ata que, por estar conforme, vai ser assinada por mim, Segunda Secretária, que a redigi, e pela Presidente da Mesa da Assembleia da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas. -----

2ª Secretária, Rosa Martins

A Presidente Marta Cristina Alves